

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

A impunidade prevalece

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou nesta terça-feira a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da anistia a partidos políticos. Considerado um trem da alegria em que os parlamentares votam em benefício próprio, ou seja, para perdoar os partidos que foram multados pela justiça eleitoral, principalmente por descumprimento de cotas que exigem valores mínimos de financiamento para candidaturas de mulheres, negros e indígenas, além de tantas outras más aplicações do dinheiro do contribuinte. O episódio já é considerado como o maior perdão da história do Parlamento. Todos os partidos votaram unidos a favor dessa PEC, com exceção do PSol e do Novo. Vamos torcer para que o bom senso prevaleça na votação no Senado.

PSD mostra sua força

Deputados, senadores, ministros e outras lideranças do PSD foram homenageados em Brasília na noite de terça-feira em evento realizado no Royal Tulip, que contou com a presença da cúpula da sigla a nível Nacional e Regional. O presidente do partido no Distrito Federal, Paulo Octávio, disse que “foi um marco na nova fase do partido, que conta com três ministros do governo Lula e pretende avançar nas pautas desenvolvimentistas nos próximos anos”. Atualmente a legenda conta com 16 senadores e 43 deputados federais, sendo a maior bancada da Câmara. No Senado, o PSD desbanca o PL e começa a legislatura com a maior bancada.

EDGAR LISBOA/ESPECIAL/JC



Líderes homenageados

O jantar foi realizado em homenagem a Gilberto Kassab (primeiro da direita à esquerda na foto), presidente nacional do PSD, ao senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado e do Congresso Nacional, aos ministros Alexandre Silveira, de Minas e Energia, André de Paula, da Pesca e Agricultura e Carlos Fávaro, da Agricultura e Pecuária. Também foram homenageados o senador Otto Alencar, líder do PSD no Senado, e o deputado Antonio Brito, líder do partido na Câmara.

PSD no RS

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, afirmou que “a sigla vive uma nova fase política, que permitiu a atração de políticos de todo o País”. No Rio Grande do Sul, disse Gilberto Kassab ao Repórter Brasília, “o PSD é um partido que está sendo construído, está no início com quadros como o Danrlei de Deus e Luciano Azevedo, e com os quadros que ao longo do tempo vão se revelando. O gaúcho tem a tradição de prestigiar a formação de partidos sempre observando com muita calma o seu crescimento”. Na avaliação de Kassab, “o gaúcho tem muita dificuldade de compreender a mudança de partido, então o PSD está no rumo certo lá, com bastante vagar, com bastante cautela, mas gradativamente consolidando”.

Deltan chama cassação de ‘festa para corruptos e Lula’

Podemos entrará com recurso para reverter determinação do TSE

/ JUSTIÇA ELEITORAL

O deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) afirmou ontem que perdeu o mandato porque combateu a corrupção. “A verdade é uma só, perdi meu mandato porque combati a corrupção. Hoje é dia de festa para os corruptos e dia de festa para Lula”, disse o ex-coordenador da Operação Lava Jato.

“Fui cassado por vingança. Fui cassado porque ousei o que é mais difícil no Brasil: enfrentar sistema de corrupção”, afirmou, em pronunciamento ao lado de parlamentares, incluindo o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Deltan teve o registro de candidatura indeferido e, consequentemente, o mandato cassado em julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorrido na noite desta terça-feira.

Deputados como Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF) e Lucas Redecker (PSDB-RS)



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Ex-procurador (c) disse que perdeu mandato por combater corrupção

acompanharam a entrevista em solidariedade ao colega.

A presidente do Podemos, Renata Abreu, disse que fará recurso a instâncias superiores para reverter a decisão do TSE que cassou o mandato de Deltan. Ela tem duas opções em vista: uma apelação ao próprio TSE e um recurso no Supremo Tribunal Federal.

Com a cassação, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná indicou que a vaga aberta será ocupada por Itamar Paim, um pastor de Paranaguá, que teve 47 mil votos.

O Podemos defendia que Luiz Carlos Hauly substituisse Deltan, mas o PL argumentou que ele não havia atingido o quociente eleitoral mínimo e reivindicou a vaga.

Decisão acusa deputado de fraudar Lei da Ficha Limpa

Na decisão unânime que cassou a candidatura de Deltan Dallagnol, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou que o parlamentar tentou burlar a Lei da Ficha Limpa. Os ministros concluíram que ele pediu exoneração quase um ano antes da eleição para se livrar

de procedimentos disciplinares que, se avançassem, poderiam impedir sua candidatura. Quando pediu exoneração, em novembro de 2021, o então procurador era alvo de reclamações e sindicâncias por suspeita de grampos clandestinos, violação de sigilo funcional, impro-

bidade administrativa, abuso de poder e quebra de decoro.

“O pedido de exoneração teve o propósito claro e específico de burlar a incidência da inelegibilidade”, afirmou o ministro Benedito Gonçalves, relator do caso, no julgamento.

Comandante Nádia é denunciada à Comissão de Ética

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Nikelly de Souza
nikelly@jcrs.com.br

O deputado estadual Leonel Radde (PT) encaminhou ontem denúncia contra a vereadora Comandante Nádia (PP) à Comissão de Ética da Câmara de Porto Alegre. Ele alega que a vereadora mantém em seu gabinete uma assessora que pertence ao quadro de funcionários do senador Luis Carlos Heinze (PP). Radde acusa Nádia de improbidade administrativa.

Conforme o documento apresentado por Radde, a assessora havia sido lotada no gabinete da vereadora em 1º de novembro de 2022 como assessora parlamentar,

sendo exonerada em 18 de janeiro de 2023. Mas, em 16 de janeiro, a funcionária foi nomeada ajudante parlamentar no escritório de Heinze em Porto Alegre. Contudo, permaneceu trabalhando na Câmara Municipal, assessorando a vereadora.

A denúncia veio a público ontem, após o vereador Aldacir Oliboni (PT), no período de Comunicações da Câmara, trazer documentos que comprovariam a exoneração da assessora no gabinete de Nádia e sua nomeação no Senado. Contudo, a funcionária transitava pela Câmara com um crachá que a identificava como assessora da parlamentar, além de assinar documentos em nome da vereadora.

Agora, cabe à Comissão de Ética decidir se prossegue com a de-

núncia ou não. A reportagem tentou, mais de uma vez, contato com a vereadora, mas até o fechamento desta matéria, não obteve retorno dela ou de assessores.

Ainda na sessão de ontem, a Câmara aprovou um projeto de lei do Executivo que flexibiliza a emissão de alvarás para atividades econômicas consideradas de baixo risco, e modifica penalidades aos comerciantes. Antes, bastava uma visita que identificasse irregularidade para que o dono do estabelecimento fosse penalizado.

Com a nova lei, o critério passa a ser de dupla visita: o fiscal deve primeiro orientar o comerciante e a multa só deve ser dada em uma segunda visita, caso não tenha atendido às exigências solicitadas.